



Boletim Médico

Ano III N° 18 - Agosto de 2010 - INFORMATIVO DAS ENTIDADES MÉDICAS DO ESTADO DO PIAUÍ

Impresso Especial
9912162037 - DR/PI
Sindicato dos Médicos do
Estado do Piauí
CORREIOS



SIMEPI
Sindicato dos Médicos
Estado do Piauí



VI CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE A SITUAÇÃO DO MÉDICO



II FÓRUM MÉDICO JURÍDICO

• PÁGINAS 6 E 7

- **Sindicalização fortalece a categoria médica** p. 3
- **Simepi quer consultas conforme 5ª CBHPM** p. 4
- **Sindicato convoca médicos para revisão de carreira** p. 8

EDITORIAL

Ameaça aos PCCS

A implantação e reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os profissionais médicos do Estado do Piauí e do Município de Teresina foi uma espetacular conquista das Entidades Médicas. O Conselho Regional de Medicina, o Sindicato dos Médicos do Piauí e a Associação Piauiense de Medicina trabalharam, diuturna e



Fernando Correia Lima
Presidente do CRM

arduamente, junto aos gestores do Estado e do Município no sentido de sensibilizá-los para a remuneração indigna, a grande defasagem entre as especialidades e, particularmente, em relação à ínfima aposentadoria recebida, após anos de dedicação à Saúde do nosso povo. Médicos que sacrificaram toda a sua vida ao trabalho relevante em prol da Saúde, ao final da vida, recebiam migalhas incompatíveis com a dignidade profissional e, até, humana.

As intermináveis reuniões, as assembléias, algumas vezes, não concorridas, as incompreensões e, mesmo, o proselitismo foram superados e a classe médica, unida em torno das entidades, aprovou o reajuste no PCCS em 18/01/2010, que seria dividido em quatro parcelas. Compreendeu-se que a famigerada produtividade impedia a percepção de um salário pelo menos

razoável para toda a classe e obstava a segurança de uma aposentadoria digna. Por unanimidade, em todas as especialidades, transformou-se a produtividade em salário, beneficiando-se, imediatamente, aquelas especialidades, particularmente, as clínicas em detrimento, momentaneamente, daquelas que, circunstancialmente, conseguiram uma maior retribuição.

Entretanto, algumas especialidades insatisfeitas iniciaram pressões junto aos gestores para o retorno daquela gratificação em extinção, mostrando, já, uma clara diminuição nos procedimentos.

Reafirmamos o direito e o dever de cada uma e de todas as especialidades a buscarem uma retribuição digna, mas, sem nunca comprometerem a corrente, já tão tênue, da relação médico-paciente, ultrajando a nossa ação deontológica e a dignidade do elo mais fraco neste vínculo que é o paciente.

Reafirmamos, outrossim, a responsabilidade dos gestores em administrar os seus serviços de saúde, impedindo o seu comprometimento e consequente deterioração. É necessário, fundamental e indispensável que a dignidade do paciente seja respeitada e que este seja atendido de maneira ética e respeitosa.

Nota de pesar



"Não se mede o valor de um homem por aquilo que possui. O verdadeiro valor do homem é o seu caráter, suas idéias e a nobreza dos seus ideais."

CHAPLIN

José de Alencar Costa

Neste momento, com a dor ainda pujante, prefiro deixar de lado o Alencar médico competente, sempre pautado na conduta ética. Abstenho-me de falar do Alencar sindicalista combativo, aguerrido, tenaz na luta pelos direitos da classe. Isento-me ressaltar o Alencar idealista, perseverante na defesa de suas posições, sempre firmes e coerentes.

Hoje, permitam-me retratar, ainda que de forma ínfima, o homem José de Alencar Costa, que presenteou-nos com o prazer de sua companhia durante esta jornada tão breve. O amigo leal que nos fez rir com seu senso de humor único, ora sagaz, ora cáustico e por vezes lascivo. O companheiro que compartilhou conosco

seu entusiasmo. Que emprestou-nos sua alegria e desprendimento. E em seu último ato, nos ensinou o significado da palavra coragem. Lutou bravamente por aquilo que acreditava, como sempre o fez, lutou pela vida de forma incansável, entretanto, a batalha chegou ao fim.

Resta-me agradecer pelo aprendizado que este grande homem propiciou a todos que tiveram o privilégio de sua convivência, deixando marcas nas nossas vidas, de forma indelével, com seu exemplo.

Um grande abraço meu amigo de sempre.

LEONARDO EULÁLIO DE ARAÚJO LIMA

DIRETORIA DO SIMEPI TRIÊNIO 2007/2010

1. **Presidente**: LEONARDO EULÁLIO DE ARAÚJO LIMA
2. **Vice**: LUCIA MARIA DE SOUSA AGUIAR DOS SANTOS
3. **Tesoureiro**: FÁBIO FURTADO DE FARIAS
4. **Secretário**: JOSÉ DE ALENCAR COSTA
5. **Suplente**: MARIA DAS GRAÇAS ERNESTO DA COSTA MARTINS

6. **Conselho Fiscal**: JOEL CAMPOS NETO
7. **Conselho Fiscal**: MIGUEL AUGUSTO ARCOVERDE NOGUEIRA
8. **Suplente Conselho Fiscal**: RENATO SOARES LEAL
9. **Suplente Conselho Fiscal**: EMMANUEL AUGUSTO DE CARVALHO FONTES
10. **Suplente Conselho Fiscal**: ALLUSIO FERRAZ ARCOVERDE

11. **Delegado junto a FENAM**: FELIPE EULÁLIO DE PÁDUA
12. **Delegado junto a FENAM**: NEWTON NUNES DE LIMA
13. **Suplente Delegado**: JOAQUIM GONÇALVES VILARINHO NETO
14. **Suplente Delegado**: MARCOS AURÉLIO RUFINO DA SILVA



Sindicalização reforça categoria e traz série de vantagens ao profissional

Fortalecer a categoria médica. Esta é apenas uma das muitas vantagens que o ingresso no Sindicato dos Médicos do Piauí tem a oferecer ao profissional. Isso é o que a campanha de sindicalização realizada pelo Simepi apresenta aos médicos piauienses.

Os profissionais sindicalizados podem aderir a um seguro de vida gratuito por um ano, plano de saúde e seguro de automóvel com tarifas diferenciadas, assessoria contábil, jurídica e de imprensa, além de outros privilégios.

O tesoureiro do Sindicato dos médicos do Piauí, Fábio Furtado, explica que dos cerca de 2.900 médicos que atuam em todo o Estado, aproximadamente 50% não são sindicalizados. "Estamos intensificando este trabalho de sindicalização, mas esta é uma campanha permanente. Em Teresina visitamos todos os médicos que estão em postos de



saúde e hospitais", conta.

FACILIDADE

O Simepi enviou cartas aos médicos não-sindicalizados explicando a forma de como eles podem integrar o sindicato. A filiação pode ser feita inclusive através do site da instituição

(www.simepi.org.br) ou diretamente na sede do Sindicato. A mensalidade pode ser paga através de desconto no contracheque, no caso dos servidores municipais e estaduais, ou débito automático pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Unicred.



POSSE

Leonardo Eulálio assume cargo na nova diretoria FENAM

O presidente do Sindicato dos Médicos do Piauí (Simepi), Leonardo Eulálio de Araújo Lima tomou posse como membro do Conselho Fiscal da nova gestão da Federação Nacional dos médicos (FENAM) para a gestão 2010/2011. As eleições aconteceram no dia 19 de junho durante o X Congresso da FENAM, realizado em São Paulo e na ocasião foi eleito o Dr. Cid Carvalhaes como novo presidente da entidade.

As eleições consagraram a chapa única, "Unidade e Luta", com uma ampla maioria de votos dos 102 delegados que representaram os sindicatos médicos existentes no país.

A nova diretoria é composta pela presidência, duas vice-presidências, 11 secretarias, oito diretorias, além do Conselho Fiscal e seis regionais. Cid Carvalhaes afirmou que como presidente irá priorizar a implantação da carreira de Estado para os médicos, a valorização do trabalho médico no Sistema Único de Saúde, o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos (PCCV), a qualidade do ensino médico e aprovação do projeto de lei que estabelece em 7 mil reais o salário mínimo profissional para a categoria.

DIRETORIA

Tudo pronto para as eleições da nova gestão do Simepi



ELEIÇÕES

Acontecem no dia 2 de agosto no Simepi

As eleições do Sindicato dos Médicos do Piauí acontecem no próximo dia 2 de agosto, das 9h às 17h na sede do Simepi. Dos cerca de 1.200 filiados em todo o Estado, estão aptos a votar aqueles que estiverem quites com suas obrigações sindicais.

As inscrições das chapas se encerraram no último dia 2 de julho, conforme divulgado no jornal O Dia de 3 de junho de 2010. Poderiam se candidatar todos aqueles que estivessem sindicalizados há no mínimo 180 dias.

A nova gestão contará com representantes de 5 cidades do interior no Estado: Parnaíba, Floriano, Corrente, Picos e São Raimundo Nonato. Cada município deverá ter um diretor e um secretário regional na nova administração. O requisito é uma forma de interiorizar as ações do Simepi.

A nova diretoria do Simepi irá administrar o sindicato no período de 2010 a 2013 e tomara posse no dia 18 de outubro na festa do médico que acontecerá na Cookies buffet.

Simepi quer que valor de consultas siga 5ª Edição da CBHPM

O reajuste dos preços dos serviços pagos aos médicos pelos planos de Saúde entra em uma nova fase de negociação. De acordo com Salustiano Moura, presidente da Comissão Estadual dos Honorários Médicos, o objetivo é fazer com que os Planos adotem a 5ª edição da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM).

"Em maio, a comissão entrou em contato com a Unidas (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde) e reivindicou um valor para a consulta correspondente à 5ª edição CBHPM mais 20%, o que chegaria a aproximadamente R\$ 64. Em resposta, o plano sugeriu que o reajuste fosse dos atuais R\$ 43 para R\$ 45, mas nós não aceitamos", declara. "Nosso acordo com a Unidas vai até setembro de 2010. Então vamos tomar medidas para que essa nossa proposta entre em vigor".

Moura explica ainda que a comissão propôs o mesmo reajuste à Unimed que está sendo apreciado pela nova diretoria da cooperativa. "Eles justificaram que por conta da recente



SALUSTIANO MOURA
Presidente da Comissão Estadual dos Honorários Médicos

posse da nova diretoria ainda não puderam avaliar a proposta, mas estamos numa série de negociações", pontua Moura.

IAPEP

O Iapep é o convênio que apresen-

ta o menor preço para a consulta: R\$ 37,80, valor da CBHPM 3ª edição, de 2004, menos 10%. Uma defasagem de seis anos. "O CFM, Fenam e AMB querem que seja atingido pelo menos o valor da 5ª edição da CBHPM, que é a atual. Esta edição corrige a inflação do período, tendo já uma nova atualização", acrescenta o presidente da Comissão. Moura diz ainda que este eterno processo de negociação entre médicos e planos de saúde só terá fim quando for aprovado pelo Congresso Nacional o projeto de lei 6964/2010 que obrigará aos planos de saúde realizar um reajuste anual dos valores pagos aos médicos. "Isso ainda não está na lei. Enquanto o consumidor tem que pagar um reajuste anual, os médicos tem que enfrentar essa luta com as empresas. Só o intermediador é beneficiado, no final das contas", finaliza Moura.

A Comissão Estadual dos Honorários Médicos é formada ainda pelos médicos Emmanuel Fontes, Jolberto Gonçalves de Carvalho, Paulo Márcio, Simone Leal e Sabas Carlos Vieira.

FLORIANO

Sem especialistas, UTIs ficam sem funcionar

Localizado em Floriano, o hospital Tibério Nunes, o maior da região, recebeu em março 10 leitos para a criação de uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Entretanto, o que deveria ser um motivo para comemoração para a sociedade local acabou virando frustração. Até o início do mês de julho, o equipamento, que custou aos cofres públicos R\$ 2 milhões, não havia entrado em funcionamento pela falta de profissionais especializados. Sem contar os aproximadamente R\$ 200 mil mensais necessários apenas para realizar a manutenção.

O próprio diretor do hospital, Ângelo Cipriano Saraiva, admite o problema e afirma que é necessária a contratação de mais médicos. "Temos 6 médicos se capacitando com curso de intensivista para atuar na UTI, mas para isso vamos ter que tirar esses médicos dos plantões do hospital, substituí-los. Precisamos contratar médicos porque eles não vão poder dar assistência à UTI e ao hospital. Mas o principal é o responsável técnico pela UTI que tem que ser o intensivista titulado pela Sociedade Brasileira de Terapia Intensiva que não existe na região", descreve.

Enquanto não há solução para este impasse, a comunidade dos aproximadamente 30 municípios do Piauí e estados vizinhos que recorre ao Hospital Tibério Nunes continua a ter de se deslocar até Teresina para encontrar atendimento em UTI.

NEGOCIAÇÃO

Segunda etapa do reajuste será implantada neste semestre

O reajuste conseguido para os médicos que trabalham nos sistemas de Saúde de Teresina e Estadual no começo de 2010 é, sem dúvida, uma grande conquista para a categoria. Entretanto, como o aumento será feito de forma parcelada, o Sindicato dos Médicos do Piauí continua vigilante para que o governo cumpra com o acordo dentro do prazo estipulado.

O reajuste, que consistiu na incorporação da produtividade no salário,

foi em janeiro de 2010. "Ficou acertado com os poderes estadual e municipal que ele seria efetuado em quatro etapas. A segunda etapa será paga neste semestre", descreve o tesoureiro do Simepi, Fábio Furtado. Ele explica que o aumento na prefeitura deverá vir com o vencimento de julho e o do Estado com o salário de agosto.

Fábio Furtado diz ainda que o Estado e o município de Teresina

têm de cumprir o acordo, uma vez que este está firmado em Lei que não pode ser modificada mesmo com as mudanças administrativas.

"Nosso objetivo hoje é enquadrar os médicos no seu nível correto conforme a progressão no Plano de Carreira. Para isso estamos realizando rodadas de negociações com Estado e Município e campanhas junto aos profissionais", afirma o tesoureiro do Simepi.

Carta de Parnaíba reclama por melhores condições em hospital regional

Referência do sistema de Saúde na região norte do Piauí, o Hospital Regional Dirceu Arcoverde de Parnaíba passa por uma série de problemas estruturais tanto físicos quanto de pessoal. Ciente disso, o Sindicato dos Médicos do Piauí foi até lá para verificar a situação da instituição e reuniu-se com funcionários do local para debater o assunto. Deste encontro, no final de maio, originou-se a Carta de Parnaíba, documento que reivindica diversas melhorias para o bom funcionamento do hospital.

Foi constatado, por exemplo, a falta de uma equipe inter-



CARTA DE PARNAÍBA
Hospital passa por uma série de problemas estruturais

na, o que acaba fazendo com que os plantonistas tenham que se desdobrar para atender as urgências e ainda os pacientes eletivos. Isso causa uma

sobrecarga nos profissionais e ainda um desgaste junto à população devido à demora no atendimento que esta situação causa. Além disso, foi

pontuada a diferença salarial entre os profissionais prestadores de serviço de cidade para cidade, quando o serviço executado é o mesmo.

Entre as soluções apontadas na Carta, que foi entregue às autoridades estão: a realização de concursos, criação de uma equipe interna, a padronização do valor do salário dos prestadores de serviços, avaliação semestral do servidor para progressão na carreira médica, incidência de tributos sobre o valor real percebido pelo médico e não sobre o valor bruto total repassado ao hospital, e ainda solicitado ao Conselho Regional de Medicina, a normatização na quantidade de atendimentos nos serviços de urgência e emergência.

INTERIOR

Simepi acompanha de perto caso da Policlínica de Picos

O Sindicato dos Médicos do Piauí está acompanhando de perto um dos casos que mais causa repercussão na Saúde Estadual: a criação da Policlínica Especializada de Picos. A nova instituição teria como pressuposto ser uma alternativa ao Hospital Regional Justino Luz no atendimento à população, mas uma série de denúncias de supostas irregularidades e problemas na execução do convênio firmado entre os governos estadual e municipal e a Associação Pró-Brasil, de um grupo alemão causam desconfiança na comunidade em geral.

A Policlínica teve seu pré-

"A sociedade não vê com transparência a forma de como o dinheiro seria aplicado"

dio inaugurado em outubro de 2009 e seu orçamento total foi de aproximadamente R\$ 25 milhões, segundo o governo do Estado. Caberia à associação Pró Brasil a obrigação de dar a estrutura; o Estado gastaria com os equipamentos, à prefeitura restaria estabelecer os vínculos empregatícios e garantir o encaminhamento de pelo menos 60% dos pacientes da região atendidos

pelo SUS dos postos de saúde.

Entretanto, no documento que cria a Policlínica, há muitos pontos obscuros. Por exemplo, não há especificações de como a contratação dos profissionais seria feita. "Esta contratação se daria da forma que a prefeitura quisesse, inclusive sem concurso, sem lisura no processo", explica a assessora jurídica do Sindicato dos Médicos do Piauí, Lillian Érica Ribeiro. Ela explica ainda que um outro problema é que a Pró-Brasil, como associação - Pessoa Jurídica de direito privado -, não precisa prestar contas ao poder público. "A sociedade não vê com transparência a forma de

como o dinheiro seria aplicado, até porque a fiscalização prevista seria feita pelos próprios órgãos envolvidos", completa.

O governo do Piauí informou que já gastou pelo menos R\$ 3 milhões na compra de equipamentos. "O Estado deixou de investir no Hospital Justino Luz que não tem equipamento, cujos profissionais são mal pagos e cumprem escala todos os dias para colocar dinheiro na Policlínica, que já tem a certeza do lucro com o repasse do SUS", explica Ribeiro. A assessora jurídica do Sindicato acrescenta que este mesmo papel, que hoje é feito por uma associação de origem

alemã, poderia ter sido feito ao menos por uma associação de médicos locais.

Além disso, há ainda um convênio entre governo do Estado e a Policlínica que está prestes a virar alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito: quatro repasses no valor de R\$ 45 mil mensais cada, sendo que o novo estabelecimento sequer estava funcionando. Fora isso, o procurador de Picos, Frederick Lustosa de Melo está colhendo material para apresentar a denúncia junto ao Ministério Público e comprovar a existência de procedimentos ilícitos na criação da Policlínica.

Congresso sobre Situação do Médico

“

O congresso é importante espaço de debate entre as regiões e serve para unificar a linguagem sobre as pautas mais decisivas da categoria, que são hoje o salário mínimo profissional do médico, a aprovação da Lei do Ato Médico e a carreira de Estado. O evento aprofundará o conhecimento sobre a situação dos médicos e abrirá leque de ações a serem desenvolvidas. Fundamental ter foco para atuação com mais força, principalmente com união das entidades médicas e dos profissionais”.

PAULO DE ARGOLLO MENDES,
presidente da Fenam



Um dos eventos mais tradicionais na luta pelos direitos dos médicos, o Congresso Brasileiro sobre a Situação Médica, chega em 2010 a sua sexta edição. O Piauí é pioneiro nesta discussão que este ano além das palestras que discutirão a realidade vivida pelos profissionais da saúde também fará parte da grade um debate entre os três candidatos ao governo do Estado mais bem colocados nas pesquisas.

Segundo o coordenador do evento, Emmanuel Fontes, a diversidade do conteúdo é um dos pontos principais a serem destacados no Congresso. “A programação é vasta com muitos temas relacionados à problemáticas dos médicos. Temos como tema principal a remuneração e condições de trabalho, além do novo Código de Ética, aposentadoria e os estabelecimentos de saúde”, pontua.

O Fórum Jurídico surgiu da necessidade de que os médicos têm de se atualizarem nas questões do Direito em sua profissão. “Há muito tempo o sindicato tinha a intenção de realizar este fórum que servirá como forma de mostrar a todos os problemas e questionamentos de ordem jurídica vivenciados pelos médicos”, descreve Lilian Érica Ribeiro, que faz parte da organização do Fórum. Ela explica que os temas a serem abordados no Fórum têm a ver com as principais dúvidas judiciais enfrentadas pela categoria.

DEBATE

Um dos pontos altos do Congresso de 2010, certamente será o debate entre os três candidatos ao governo do Piauí mais bem colocados nas pesquisas. Na oportunidade eles responderão a questões sobre o tema Saúde elaboradas pelos próprios médicos e suas entidades representativas.

“Como é ano eleitoral, vamos convidar os candidatos a governador e ver o que eles têm a nos dizer, os compromissos que vão assumir perante os médicos”, declara Emmanuel Fontes. Para ele, o candidato que vencer a eleição deverá olhar a classe médica de maneira diferen-

VI Congresso Brasileiro sobre a Situação do Médico
II Fórum Médico Jurídico

SIMEPI
Sindicato dos Médicos
Estado do Piauí

CRM-PI ASPIMED

O VI Congresso Brasileiro sobre a Situação do Médico e o Fórum Médico Jurídico acontecem nos dias 5, 6 e 7 de agosto de 2010. As inscrições são gratuitas para os médicos sindicalizados, R\$ 20 para estudantes, tanto de medicina quanto de Direito e R\$ 50 para os profissionais não sindicalizados e serão feitas na sede do Sindicato dos Médicos do Piauí (Rua Paisandu, 1665) até o dia do evento.

ciada do posicionamento tomado atualmente. “É uma classe que tem posições claras de luta pelos seus direitos. Que tem plataforma”, garante.

O organizador do Congresso pontua ainda que o próximo governador tem que saber que não pode voltar atrás, além de manter o que foi acertado nesta administração e apontar novas perspectivas “porque ele será cobrado pelas promessas realizadas não só para os médicos, mas para a população que ainda sofre com as péssimas condições dos hospitais do interior e periferia, por exemplo”, acrescenta Fontes.

Lúcia Santos, membro da Comissão organizadora do Evento acrescenta ainda que os políticos precisam ter um posicionamento mais firme já que os problemas

Médico terá debate de candidatos

INGRESSO BRASILEIRO OBRE A SITUAÇÃO DO MÉDICO

órum Médico Jurídico

**Dias 5, 6 e 7
de agosto de 2010**

**Informações - (86) 3221-5624
www.simepi.org.br**

HISTÓRICO

A sexta edição do Congresso Brasileiro sobre a Situação do Médico é o reflexo de um aumento na consciência dos profissionais da Saúde no Piauí. "Hoje em dia as pessoas se mobilizam mais. O Piauí era alienado no contexto nacional. Hoje, ele é um dos expoentes. Hoje ele é o centro dessa discussão", descreve Lúcia Santos, membro da Comissão organizadora do Evento.

Ela ressalta ainda que o Congresso é pioneiro em trazer o estudante de Medicina para o debate de assuntos que serão importantes para ele no futuro. "Eles tomam mais consciência do que é ser um profissional, das dificuldades que poderão enfrentar. Não adianta ele se formar e ser bom tecnicamente e não conseguir se posicionar no mercado", finaliza.

CALENDÁRIO DO EVENTO

- **Dia 05/08/10:**
Conferência de Abertura
Local: Conselho Regional de Medicina
- **Dias 06 e 07/08/10**
Local: Sindicato dos Médicos do Piauí - Simepi



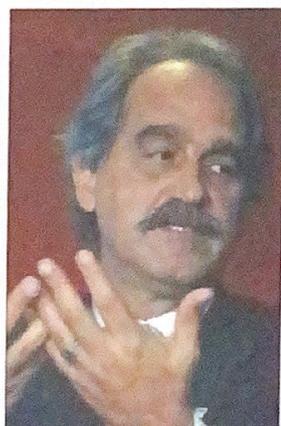
DRª LÚCIA SANTOS
Vice-presidente do Simepi



DR. EMMANUEL FONTES
Presidente do Congresso

enfrentados na Saúde são antigos e ficam cada vez mais graves conforme o tempo passa. "Não só o executivo como o legislativo piauiense tem que mudar esta realidade encabeçando em nível nacional o debate sobre o processo da carreira médica, a dificuldade do acesso da população ao sistema público, a baixa resolutividade dos hospi-

tais, os fracos vínculos do Estado com os profissionais, o refinanciamento da Saúde", destaca. Ela afirma ainda que neste cenário, o Piauí é um dos mais prejudicados, uma vez que o subfinanciamento da Saúde penaliza os Estados pequenos, sem contar o fato de ainda não haver aqui nenhum hospital federal.



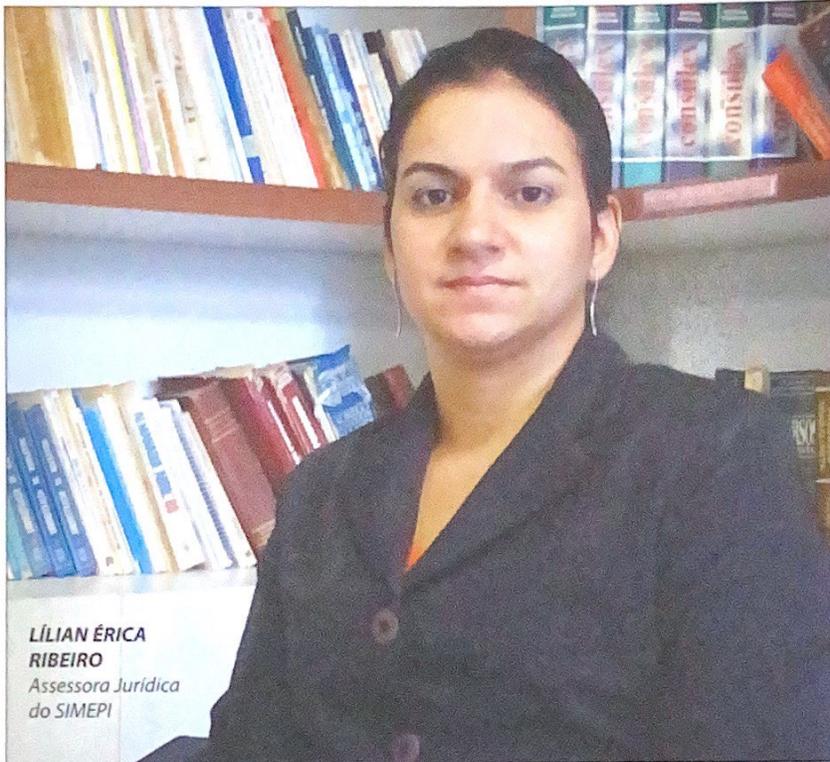
“A Medicina atualmente passa por um momento no qual se deve buscar a revalorização dos nossos profissionais. Essa mudança de percepção, obrigatoriamente, se expressará na revisão dos valores pagos pelos honorários médicos, na oferta de melhores condições de trabalho e no respeito às entidades representativas da categoria no momento de definição das políticas públicas. Não se pode determinar diretrizes para a saúde – seja ela pública ou privada – sem considerar a opinião dos responsáveis diretos pela assistência da população”.

ROBERTO LUIZ D'AVILA, presidente do Conselho Federal de Medicina

Simepi convoca todos os médicos para revisarem sua carreira

O Sindicato dos Médicos do Piauí (Simepi) faz um alerta a todos os profissionais médicos que atuam ou atuaram no Estado, bem como os pensionistas, para que fiquem atentos à necessidade de fazer a revisão de sua carreira. Isso porque alguns médicos podem ter sido enquadrados de forma incorreta e estar sendo prejudicados.

São as seguintes situações que precisam ser reguladas: a do médico que se aposentou como ambulatorista embora tenha tido carreira de plantonista, o pensionista cujo cônjuge trabalhou em regime de plantão, mas foi enquadrado estava na categoria ambulatorial, e dos profissionais que possuem títulos – como especialização, mestrado, doutorado e residência – têm direito de progredir aos últimos padrões, mas que por não terem apresentado o título, permanecem



LÍLIAN ÉRICA RIBEIRO
Assessoria Jurídica do SIMEPI

na classe III, padrão B, quando já poderiam ter avançado.

"Estamos chamando a todos os médicos para que compareçam ao sindicato com documentação que comprove que eles eram plantonistas ou com comprovantes dos seus títulos para que o profissional seja enquadrado corretamente ou consiga progressão até o fim da carreira", descreve Lílian Érica Ribeiro, assessora jurídica do Simepi.

Lílian Ribeiro ressalta que quem conseguir se enquadrar nesta correção poderá ainda ingressar com um processo para que seja feito o pagamento das diferenças retroativas.

Para verificar como está a situação de sua carreira, basta dirigir-se à sede do Simepi, localizada à rua Paissandu, 1665 - centro ou entrar em contato pelos telefones: 3221-5624/9982-2784.

CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
consulti

- o Desenvolvimento de Sistemas para Web
- o Projeto e Administração de Redes Lógicas
- o Serviços Contábeis e Financeiros

contato@consulti.me
86 3217-8474

CONTRATAÇÃO

Assessoria do Simepi tem nova profissional na área da Contabilidade

Matemática certamente não é uma área do saber próxima dos médicos. É por isso que pessoas como a nova contadora do Simepi, Fabrícia Feitosa de Carvalho, são essenciais para dar aquela ajuda com os números.

Fabrícia ingressou no Sindicato para cuidar de toda a Contabilidade no dia 7 de julho e encontrou muito trabalho para fazer. Entretanto ela encarou a tarefa com a



mesma disposição com a qual comanda a Divisão de Contabilidade do Banco Popular de Teresina.

"O trabalho no Simepi é um pouco diferente do que eu vinha fazendo porque esta é uma entidade sem fins lucrativos, então está isenta de obrigações fiscais como Imposto de renda, PIS e Cofins sobre faturamento. Mas mesmo assim ainda é essencial tabular o déficit e o superávit porque só assim o sindicato pode aplicar o excedente em benefício do sindicalizado", explica.

CRM debate mudanças na portaria que regulam medicamentos controlados

Medicamentos controlados foi o assunto discutido, recentemente, entre a diretoria do Conselho Regional de Medicina do Piauí, do Conselho Regional de Farmácia do Piauí e representantes da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado - DIVISA e da Gerência de Vigilância Sanitária do Município - GEVISA.

O objetivo da reunião foi debater o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) gerenciado pela ANVISA. Dados estatísticos mostram que a população brasileira consumiu em 2009, quase 2 toneladas de sibutramina - medicamento que atua como inibidor de apetite.

O balanço também aponta os quatro medicamentos para emagrecer mais consumidos no país, três são anfetaminas, drogas sintéticas que podem causar dependência no caso do uso abusivo. São os medicamentos anorexígenos à base de anfepramona, mazindol e femproporex.

Os medicamentos que contêm a substância emagrecedora sibutramina terão um controle maior de prescrição e venda. Para tanto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) promoveu a revisão da portaria 344/98, que aprova o regulamento técnico sobre as substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Esta portaria, constantemente está sendo atualizada através de resoluções e a última foi publicada no dia 17 de junho de 2010.

Na reunião, entre a diretoria do CRM/PI, do CRF/PI e órgãos de vigilância sanitária houve um consenso no sentido de divulgar aos profissionais a portaria e suas atualizações. "Já começamos essa divulgação através do site www.crpm.com.br, além disso, caso os médicos tenham dúvidas também poderão acessar a página da Anvisa, pois lá estão todas as atualizações",

SUBSTÂNCIAS E MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL			
A1	Substâncias Entorpecentes	Tarja Preta	NRA (amarelo)
Metadona, Morfina, Ópio, Oxycodona...			
A2	Subst. Entorpecentes de Uso Permitido Somente em Concentrações Especiais	Tarja Preta	NRA (amarelo)
Codeína, Nalbufina, Tramadol...			
A3	Substâncias Psicotrópicas	Tarja Preta	NRA (amarelo)
Anfetamina, Metilfenidato...			

Listas: A1, A2 e A3
 Validade Após Emissão: 30 dias
 Validade Territorial:
 - Todo território nacional. Porém quando for de uma unidade federativa diferente (UF), deve acompanhar uma receita médica com justificativa de uso.
 - Impressa pela VISA estadual

Quantidade por Notificação:
 - 1 medicamento ou 1 substância
 Quantidade a ser Dispensada:
 - 5 ampolas
 - Demais formas farmacêuticas o suficiente para 30 dias de tratamento
 Quantidade Superior:
 - Justificativa. (CID, Posologia, data, CRM e assinatura)

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA A (COR AMARELA)

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA		IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		ESPECIALIDADE FARMACÉUTICA	
UF	NÚMERO	Nome:		Nome:	
A		Endereço:		Qualidade e Apresentação:	
Data: ___/___/___	Paciente:		Forma Farm. Concent. Usad. Posologia		
Assinatura do Emissor		Endereço:			
IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR			IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR		
Nome:			Nome:		
Endereço:			Data:		
Identidade Nº			Orgão Emissor		
Telefone:					
Dados da Gráfica: Nome - Endereço Completo - CEC					

informa o presidente do CRM/PI, Dr. Fernando Correia Lima.

Os representantes da DIVISA e GEVISA, que estiveram presentes na reunião informaram que na Diretoria de Vigilância Sanitária do Piauí há um setor res-

ponsável pelo cadastramento de médicos, médicos veterinários, cirurgiões-dentistas e instituições públicas e privada, onde os profissionais precisam estar cadastrados para solicitar os números de série das notificações que devem ser

impressas em gráficas também cadastradas na DIVISA.

"Estamos disponíveis para esclarecer qualquer dúvida que haja tanto com relação à portaria quanto ao cadastrado dos profissionais. A DIVISA acompanha a numeração dos receituários azuis (B e B2), fornece a receita amarela, mostramos como usar a demais receitas e também deixamos a disposição os modelos corretos de receituários que devem ser impressos em gráficas, inclusive temos o cadastrado das gráficas certificadas pela Divisa", esclarece a Diretora da Vigilância Sanitária do Estado, Dra Tatiana Chaves.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA SOLICITAÇÃO RECEITAS DA PORTARIA 344/98

CADASTRO PARA O MÉDICO:

- Preencher ficha de cadastro, assinada e carimbada pelo Médico (Reconhecer firma);
- Preencher formulário de requisição de Notificação de Receita em 2 vias (Deve ser preenchido toda vez que for solicitar nova numeração);
- Anexar cópia da: CRM (autenticada e comprovante de endereço profissional)

CADASTRO PARA INSTITUIÇÃO:

- Preencher ficha de cadastro, assinada e carimbada pelo Diretor Clínico da Instituição (Reconhecer firma);
- Anexar cópia: CRM do Diretor (autenticada); comprovante de endereço da Instituição e relação de todos os profissionais que irão utilizar o receituário com o número do CRM, em papel timbrado.

Substâncias e medicamentos

B1 Substâncias Psicotrópicas Tarja Preta NRB (azul)

Alprazolam, Clordiazepóxido, Diazepam, Fenobarbital...

Lista: B1

Validade Após Emissão: 30 dias

Validade Territorial:

- Valido somente dentro da unidade federativa (UF), que concedeu a Notificação (dentro do estado).
- Impressa pela profissional ou instituição.

Quantidade por Notificação:

- 1 medicamento ou 1 substância

Quantidade a ser Dispensada:

- 5 ampolas

- Demais formas farmacêuticas o suficiente para 60 dias de tratamento

Quantidade Superior:

- Justificativa (CID, Posologia, data, CRM e assinatura)

B2 Substâncias Psicotrópicas Anoréxicas Tarja Preta NRB2 (azul)

Anfepramona, Femproporex, Mazindol...

Lista: B2

Validade após Emissão: 30 dias

Validade Territorial:

- Valido somente dentro da Unidade Federativa (UF) que concedeu a Notificação (dentro do estado)

Quantidade por Notificação:

- 1 Medicamento ou 1 Substância

Quantidade a ser Dispensada:

- O suficiente para 30 dias de tratamento ou menor

Associações:

- Fica vedada a prescrição, a dispensação e o avilamento de formulas de dois ou mais medicamentos, seja em preparação separadas ou em uma mesma preparação, com finalidade exclusiva de tratamento da obesidade, que contenham substâncias psicotrópicas anoréxicas associadas entre si ou com as seguintes substâncias: Ansiolíticas, antidepressivas, diuréticas, hormônios ou estratos hormonais e laxantes

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA B2 (COR AZUL)

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA		IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		Medicamento ou Substância	
UF	NÚMERO	B2		Quantidade e Forma Farmacêutica	
de	de			Dose por Unidade Posológica	
Assinatura do Emitente		Endereço:		Posologia	
IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR		CARIMBO DO FORNECEDOR			
Nome:	Endereço:	Nome do Vendedor		Data	
Telefone	Identidade Nº	Órgão Emissor		Numeração desta impressão de	
Dados da Gráfica: Nome - Endereço Completo - CID		Numeração desta impressão de			

C1	Outras Subst. Sujeitas a Controle Especial	Tarja Vermelha	RCE (Branco) (2 vias)
Amitriptilina, Dissulfiram, Haloperidol, Lítio, Sertralina...			

C2	Substâncias Retinóicas	Tarja Vermelha	NRERS (Branco) Indust. Sistêmico
Adapaleno, Isotretinoína, Tretinoína...			

C3	Substâncias Imunossupressoras	Tarja Vermelha	NRT (Branco)
Ftalimidoglutaramida (Talidomida)			

C4	Substâncias Anti-Retrovirais	Tarja Vermelha	RCE (Branco) (2 vias) Formulário DST/AIDS
Didanosina, Efavirens, Lamivudina, Ritonavir... Dispensados somente no Sistema Único de Saúde			

C5	Substâncias Anabolizantes	Tarja Vermelha	RCE (Branco) (2 vias)
Estanazolol, Metiltestosterona, Nandrolona...			

Listas: C1, C4 e C5

Validade Após Emissão: 30 dias

Validade Territorial: Todo território nacional



Quantidade por Receituário:

- C1 e C5 = 3 Medicamentos ou 3 Substâncias

- C4 = 5 Medicamentos ou 5 Substâncias

Quantidade a ser Dispensada:

- Máximo 5 ampolas

- Demais formas farmacêuticas o suficiente para 60 dias de tratamento

Antiparkinsonianos e Anticonvulsivantes: No caso de prescrições de substâncias ou medicamentos antiparkinsonianos e anticonvulsivantes a quantidade ficará limitada a 6 meses de tratamento

Quantidade Superior: Justificativa (CID, Posologia, Data, CRM e Assinatura)

Lista: C2

Validade Após Emissão: 30 dias

Validade Territorial: Valido somente dentro da unidade federativa (UF) que concedeu a Notificação (dentro do estado)

Quantidade por Notificação:

- 1 Medicamento

Quantidade a ser Dispensada:

- O suficiente para 30 dias de tratamento



Lista: C3

Validade Após Emissão: 15 dias

Validade Territorial: Valido somente dentro da unidade federativa (UF) que concedeu a Notificação (dentro do estado)

- Impressa pelo serviço público

Quantidade por Notificação:

- 1 Medicamento

Quantidade a ser Dispensada:

- O suficiente para 30 dias de tratamento

Termo de Esclarecimento para o Usuário da Talidomida
Termo de Responsabilidade

D1	Substâncias Precursoras de Entorpecentes e/ou Psicotrópicos	Tarja Vermelha	RCE
----	---	----------------	-----

Ácido Lisérgico, Efedrina, Piperidina...

D2 - Listas de insumos químicos utilizados como precursores para fabricação e síntese de entorpecentes e/ou psicotrópicos

E - Lista de plantas que podem originar substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicos

F - Listas das substâncias de uso proscto no Brasil



sujeitos a controle especial

Receita de Controle Especial

Em duas vias utilizadas para prescrição de substâncias e medicamentos das listas C1, C4, C5 e adendos das listas A1, A2 e B1

Validade: 30 dias em todo o território nacional.

Número de medicamentos por receita: no máximo 3 (três) substâncias ou medicamentos das listas C1 e C5 e no máximo 5 (cinco) substâncias ou medicamentos da lista C4.

Quantidade permitida: 05 ampolas para injetáveis, e quantidade correspondente a 60 dias de tratamento para outras formas farmacêuticas.



NOTIFICAÇÃO DE RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE _____ _____ _____	1ª VIA FARMÁCIA 2ª VIA PACIENTE
--	------------------------------------

Paciente: _____
 Endereço: _____
 Prescrição: _____

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR Nome: _____ Ident.: _____ Órg. Emissor: _____ End.: _____ Cidade: _____ UF: _____ Telefone: _____	IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR _____ ASSINATURA DO FARMACÊUTICO DATA: _____
--	---

EM CASO DE EMERGÊNCIA, PODERÁ SER AVIADA OU DISPENSADA A RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL, EM PAPEL NÃO PRIVATIVO DO PROFISSIONAL OU DA INSTITUIÇÃO, CONTENDO OBRIGATORIAMENTE O DIAGNÓSTICO, A JUSTIFICATIVA DO CARÁTER EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO, DATA, INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL E ASSINATURA DEVIDAMENTE IDENTIFICADA.

Notificação de Receita Especial Retinóides Sistêmicos - Cor Branca

Para medicamentos relacionados nas listas C2 (Subst. Retinóides de uso sistêmico)

Validade após prescrição: 30 dias - Válida somente no estado da Federação emitente

Quantidade Máxima/ Receita: 30 dias de tratamento

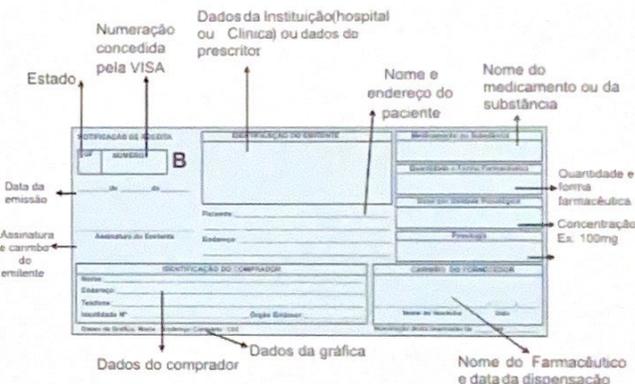
Limitado a 05 ampolas por medicamento injetável

Deve vir acompanhada do Termo de Consentimento de Risco e Consentimento Pós-Infirmação.

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA ESPECIAL RETINÓIDES DE USO SISTÊMICO

NOTIFICAÇÃO DE RECEITA ESPECIAL RETINÓIDES SISTÊMICOS UF: _____ NÚMERO: _____ Data: ____ de ____ de ____	IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE Paciente: _____ Idade: _____ Sexo: _____ Prescrição inicial <input type="checkbox"/> Subsequente <input type="checkbox"/> Endereço: _____ Assinatura do Emissor: _____	ESPECIALIDADE SUBSTÂNCIA Nome: _____ Institucional: _____ Tratamento: _____ Acustico: _____ Farmácia: _____ mg/ml	 GRANDEZ PROIBIDA. Faltas de gênero, detidos no furo, nas unidades de saúde e no elemento variável de lista
IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR Nome: _____ Endereço: _____ Identidade N°: _____ Órgão Emissor: _____ Telefone: _____ Dados da Gráfica: Nome: _____ Endereço Completo: _____		IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR Nome: _____ Data: _____ Numeração desta impressão de: _____	

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO



Preenchimento Correto e Sem Rasuras
 A farmácia ou drogaria somente poderá aviar ou dispensar quanto todos os itens da receita e da respectiva notificação de receita estiverem devidamente preenchidos.

Retenção da Notificação de Receita
 A Notificação de Receita será retida pela farmácia ou drogaria e a receita devolvida para o paciente devidamente carimbada como comprovante do aviamento ou da dispensação.

Prefeitura está em atraso com pagamento da produtividade

O atraso no pagamento da produtividade dos médicos que trabalham na rede pública municipal está revoltando os profissionais. Desde que foi negociado o aumento do salário e a redução semestral da produtividade com a prefeitura em janeiro, o repasse é feito quase cinco meses após a realização dos procedimentos.

"Em junho foi pago o valor com referência a fevereiro. São quase cinco meses de atraso. Ainda falta março, abril, maio e junho", contabiliza o médico Fábio Furtado. Ele diz que reuniu-se com o secretário municipal de Saúde Pedro Leopoldino e toda sua equipe para discutir o problema e este ficou de estudar e ofertar

uma solução numa nova reunião a ser marcada.

A produtividade depende da quantidade de pacientes atendidos. Cada um deles gera a Autorização de Internação Hospitalar que é contabilizada pelo hospital no final do mês. O documento gera uma verba a ser paga pelo SUS que vai pra o hospital, para a prefeitura e enfim é repassada aos profissionais. "É um processo complexo e é nessa burocracia que se perde tempo. Fazendo uma comparação com o Estado, ele pagou abril no mês de junho. Um prazo máximo de 60 dias. Queremos que a prefeitura procure agilizar e atinja pelo menos esse prazo", pontua Furtado.



FÁBIO FURTADO
Tesoureiro do Sindicato dos Médicos

FÓRUM

"Jornada Piauiense para o Estudo da Dor" acontece em Setembro

A Associação Piauiense de Estudos da Dor (Aspied) está organizando a 1ª Jornada Piauiense para o Estudo da Dor que deve acontecer no mês de setembro de 2010. O evento terá mesas redondas com a presença de especialistas de todo o país. O tema será dor no pós-operatório e dor crônica.

A Associação foi criada com o objetivo de divulgar o tratamento da dor aguda e crônica no Estado, bem como os seus tratamentos e sensibilizar a população sobre o

assunto. A Aspied faz parte da Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor, entidade que congrega médicos especialistas como neurologistas, fisiatras, fisioterapeutas, dentistas, entre outros.

Foi criada ainda a Liga Piauiense para o Estudo da dor que possui como coordenador o médico Hermes Santana Daniel Netto, especialista no tratamento da dor. "Esta será uma grande oportunidade para discutirmos a Dor com especialistas de todo o Brasil", descreve.

Filie-se ao SIMEPI

O Sindicato dos Médicos está de portas abertas para receber você. Com a sua participação, o sindicato ganha força na luta em defesa da categoria. Preencha sua ficha de inscrição na sede do SIMEPI, localizada na **Rua Paissandu, nº 1665. Centro. De segunda a sexta, das 8 às 18 horas.**

SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SIMEPI

- Assessoria Jurídica
- Assessoria de Imprensa
- Curso de Inglês
- Convênio com Seguradora de Carros
- Assessoria Contábil
- Convênio com Seguradora de Vida
- Convênio com a UNIMED - Plano de Saúde

O BOLETIM MÉDICO É SEU

Divulgue suas atividades enviando artigos, notícias, fotos ou sugestões para os e-mails: sindicatodosmedicos@gmail.com ou simepi@bol.com.br
Telefones para contato: **3221-5624 / 9982-2784**

Mural

LIVRO DO SIMEPI

NOS PRÓXIMOS MESES O SINDICATO DOS MÉDICOS DO PIAUÍ TERÁ TODA A SUA HISTÓRIA REGISTRADA EM UM LIVRO QUE ESTÁ SENDO ESCRITO PELA JORNALISTA **CRISTAL SA**. A PUBLICAÇÃO MOSTRARÁ AS CONQUISTAS E A TRAJETÓRIA DESTES QUE SÃO DOS SINDICATOS MAIS IMPORTANTES DO ESTADO.



TRIO

A ASSESSORIA JURÍDICA DO SIMEPI GANHOU MAIS UM REFORÇO. A ADVOGADA CINTHIA AYRES HOLANDA LOUREIRO, ESPECIALISTA EM DIREITO MÉDICO PELA ESCOLA PAULISTA DE DIREITO JUNTA-SE ÀS COMPETENTES LILIAN RIBEIRO E CARLA MARIAN.

APOIO

O SINDICATO DOS MÉDICOS DO ESTADO DO PIAUÍ CONFIRMOU SEU APOIO AOS MÉDICOS PERTENCENTES DO INSS QUE ENTRARAM EM GREVE NO ÚLTIMO DIA 22 DE JUNHO REIVINDICANDO MELHORIAS NAS SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA PODEREM ATENDER MELHOR A POPULAÇÃO.

UNICRED

Unimed
Teresina 2107.8000